

Fragmentações em uma história de vida: esquadrinhando os rastros do jornalista José Carlos Rodrigues (1844-1923)

JÚLIA RIBEIRO JUNQUEIRA*

[...] o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural
(GINZBURG, 1989:157).

O que fazer diante de uma documentação tão heterogênea, que, às vezes, também se constitui fragmentada? Esta questão certamente permeia o trabalho de muitos pesquisadores da história, independente de suas áreas específicas. Porém, no caso relativo ao tema abordado neste texto, tal indagação se insere no contexto da escrita de uma história de vida, isto é, as dificuldades que, apesar de um conjunto tão vasto de fontes, são impostas pelos rastros fragmentados do biografado.

Pois bem, foi a partir desses problemas que a leitura da coletânea *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, do italiano Carlo Ginzburg, se tornou iluminadora para se pensar em um método que poderia de alguma forma auxiliar em uma investigação indireta, na qual a observação do pormenor revelador é essencial para que uma dada conjectura possa se tornar válida: o paradigma indiciário. Ao comparar o trabalho do médico com o do historiador, como se demonstra através da citação acima, Ginzburg resume com clareza essa metodologia em que detalhes aparentemente descartáveis e elementares acabam se tornando peças fundamentais no “exercício” da escrita da história.

É neste sentido que tal método tem sido bastante útil quando se foca, principalmente, a vida privada de José Carlos Rodrigues, por sinal, pouco abordada por aqueles que se encarregaram, até o momento, de realizar um perfil biográfico do jornalista. Lacunas deixadas, talvez, devido à escassez de fontes que pudessem encaminhar para certas proposições ou, a partir do que se pretende demonstrar, pela ausência de um olhar pormenorizado em certos detalhes, como: envelopes de cartas, explanações em cadernos e blocos de notas, cartões de vista, bilhetes, dentre outros elementos materiais e, claro, naquilo que também não é dito, não é escrito, não é observado, naquilo que é omitido.

* Doutoranda em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisa com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Mr. José Carlos Rodrigues [...] until recently proprietor of the Jornal do Commercio, of Rio de Janeiro, died in Paris on June 28, aged 78. He would never accept political office, but on one or two occasions he undertook financial missions for the Brazilian Government. He had travelled much, and wrote various books, including one on the New Testament. He formed valuable art and archaeological collections. He married Jane Sampson, daughter of Mr. H. J. Dale, and one of his daughters is the wife of Sir William Garthwaite, Bt¹ (The Times, 1923).

Dr. José Carlos Rodrigues, a well-known Brazilian journalist, has died in Paris [...]. The interment will take place in London on Saturday next, and a service, at St. Margaret's Church, Westminster, has been arranged for 10.30 a.m. on that day [...] He was a member of many scientific societies and the holder of several foreign decorations [...] ². (Recorte de jornal desconhecido, s/d. BN, coleção Christopher Oldham).

O telégrafo anunciou-nos, à hora de encerrarmos os trabalhos desta página, o falecimento, em Paris, do Dr. José Carlos Rodrigues. Dedicou o extinto, quase toda a sua vida ao jornalismo, não só aqui, como no estrangeiro, impondo-se ao conceito público pela elevação com que discutia os vários assuntos [...] (A Noite, 1923).

O dia foi ontem de luto para o jornalismo brasileiro, com o desaparecimento de uma das suas personalidades mais eminentes, o Dr. José Carlos Rodrigues. Tendo chegado a diretor do Jornal do Commercio, cargo que exerceu por tão dilatado espaço de tempo, o Dr. José Carlos Rodrigues realizou a obra do remodelamento material do grande órgão, fixando-o na feição que hoje tem. E do ponto de vista moral soube conservar e transmitir intacto o valioso patrimônio que, para o país, representa o mais antigo e ponderado dos seus jornais [...] (O Paiz, 1923).

Era uma quinta-feira, os dias já estavam mais quentes do que o de costume, pois o verão parisiense havia começado há quase uma semana. Já se passavam das 15 horas daquele dia 28 de junho de 1923, quando, na rua la Chaise, número 7, confirmou-se o passamento de um jornalista fluminense (Extrato das minutas da ata de óbito, 1923. BN, coleção Christopher Oldham). Triste notícia transmitida aos periódicos brasileiros, ainda naquela data, pelo seguinte despacho: “Paris, 28 (Havas) — Faleceu o Dr. José Carlos Rodrigues” (A Noite,

¹ Tradução livre: “O Sr. José Carlos Rodrigues [...] até recentemente proprietário do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, morreu em Paris, em 28 de junho, aos 78 anos de idade. Nunca aceitou um cargo político, mas em uma ou duas ocasiões, empreendeu missões financeiras para o governo brasileiro. Viajou muito e escreveu vários livros, incluindo um sobre o Novo Testamento. Formou coleções valiosas de arte e de arqueologia. Casou-se com Jane Sampson, filha do Sr. H. J. Dale, e uma de suas filhas é a esposa de Sir William Garthwaite, Barão”.

² Tradução livre: “Dr. José Carlos Rodrigues, renomado jornalista brasileiro, morreu em Paris [...]. O sepultamento será realizado em Londres, no próximo sábado, sendo o velório, na Igreja de St. Margaret, Westminster, às 10:30 do mesmo dia. [...] Era membro de várias sociedades científicas e detentor de várias comendas estrangeiras [...]”.

1923). A partir do dia seguinte, a nota de falecimento estaria estampada nas colunas de vários jornais, inclusive, estrangeiros, como se pôde acompanhar pela leitura de alguns trechos dessas publicações acima.

Mas o leitor deve estar se perguntando quem seria esse jornalista José Carlos Rodrigues e, claro, por mera curiosidade, o que o teria levado a óbito? A primeira pergunta será, em parte, respondida ao longo deste texto, já a resposta para segunda é mais elementar: há algum tempo, José Carlos reclamava de problemas renais e intestinais (RODRIGUES, s/d. BN, coleção Christopher Oldham), sendo, até mesmo, submetido a mais de uma cirurgia nos rins, a primeira ocorrida no Rio de Janeiro e, a segunda, na capital francesa, realizada pelo dr. Marion (*Jornal do Commercio*, 1923). Segundo nota publicada no *Jornal do Commercio*, já nos últimos dias que antecederam a morte do periodista, ocorreram diversos acidentes com José Carlos Rodrigues, provavelmente relativos às enfermidades citadas, que agravaram a falta de resistência de seu organismo, conseqüentemente levando-o a falecer.

Obviamente, o prestigiado *Jornal do Commercio*, do qual José Carlos Rodrigues foi proprietário, não deixaria de transmitir a seus leitores aquela desgostosa notícia e, tão pouco, de realizar uma devida homenagem ao seu antigo jornalista, redator-chefe e diretor. Assim, no número 177, da folha de sexta-feira, de 29 de junho de 1923, nas várias colunas do periódico não apenas se noticiava o falecimento do sr. dr. José Carlos Rodrigues, como também se fez um extenso perfil biográfico deste fluminense, de Cantagalo, que, segundo as palavras impressas no próprio jornal, era “um belo tipo de *self-made man*”³ (*Jornal do Commercio*, 1923).

Através de seis artigos, intitulados: “Dr. José Carlos Rodrigues”, “O jornalista”, “O homem ativo — o financista”, “A direção do *Jornal*”, “A personalidade — a lição de energia” e, por fim, “A família”, resumiram-se algumas passagens da trajetória do periodista, sempre enaltecendo suas realizações e, como em uma ilusão biográfica⁴, a imagem formada é de um José Carlos que, ao partir para os Estados Unidos da América, em 1867, parecia já ter traçado meticulosamente todos os seus caminhos, levando-o a “uma vida magnífica de esforços e de benefícios” (*Jornal do Commercio*, 1923).

³ Indivíduo que obteve sucesso ou riqueza através de seu próprio esforço (OXFORD, 2005:1378).

⁴ Aqui, remeto-me ao célebre texto — “A ilusão biográfica” —, originalmente publicado em 1986, do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que criticou árdidamente as biografias que insistiam na ideia de um indivíduo com uma trajetória linear, na qual não havia espaço para as contradições, as angústias e as fragmentações do biografado.

É certo que os redatores daquele prestigiado órgão da imprensa carioca, naquele número do dia 29 de junho, discorreriam sobre um José Carlos sem fraquezas, medos ou angústias, visto também que esse tipo de abordagem se torna comum diante da notícia de um falecimento. Assim, o leitor guardaria em sua lembrança o retrato de um homem entusiástico, que soube com maestria conduzir sua trajetória. Porém, talvez sejam nessas palavras tão apaixonadas e bem infligidas nos artigos, que o historiador se desperta e, se indagando sobre as incongruências de uma história de vida resgatada de forma tão linear, resolve revisitar o passado de um indivíduo que, sem dúvida, foi um personagem chave para a política brasileira do final do regime imperial e das primeiras décadas republicanas, mas que também possivelmente caminhou por trilhos tortos e terrenos acidentados.

Logo, caro leitor, retrocedamos alguns bons anos para voltar especificamente na região conhecida como Sertões do Macacu⁵, em uma propriedade rural cafeeira, no município de Cantagalo, interior do estado do Rio de Janeiro, e também na capital do Império, para apreendermos um pouco sobre a formação social daquele jornalista tão bem apresentado nas manchetes no início deste texto.

Meus avós eram, por parte de pai, Francisco Joaquim Alves, abastado comerciante português e, por parte de mãe: José Pereira Vidal, rico comerciante que possuía várias fazendas e Mariana de Albuquerque Vidal. [...] Meu irmão e eu nascemos em Cantagalo. Minha mãe vindo a falecer, aos 23 anos de idade, viemos para a companhia de minha tia D. Joaquina Alves de Abreu Lima Paes e Oliveira [...]. Viemos para sua bela casa, no morro do Castelo, onde fomos educados. Tia Joaquina foi verdadeira mãe, para mim e meu irmão. Era senhora de costumes fidalgos, porém de juízo e correta e que sabia se fazer respeitar. Nada faltava em sua casa (LOPES, s/d. IHGB, coleção José Carlos Rodrigues).

Em depoimento a uma de suas netas, aos 96 anos de idade, Carlota Rodrigues Lopes, irmã de José Carlos, recordava aqueles anos que os irmãos Rodrigues estiveram sob o zelo de tia Joaquina, visto que, sua mãe, dona Anna de Albuquerque Vidal Alves Rodrigues, faleceu com apenas 23 anos de idade (CARDIM, 1944:128 e LUTTERBACH, 1977). Devido a essa triste fatalidade, José Carlos seria criado e educado, no Rio de Janeiro, por sua tia, dona Joaquina Alves de Abreu Lima Paes e Oliveira, viúva de Cipriano de Abreu Lima Paes e

⁵ Esta região denominada Sertões do Macacu era composta pelos seguintes municípios: Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Itaocara, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes.

Oliveira⁶. Não foi possível, até o momento, precisar quantos anos José Carlos tinha quando saiu de Cantagalo, mas possivelmente era ainda uma criança, pois havia nascido em 19 de julho de 1844, na propriedade rural de seus pais, no município de Cantagalo, e os primeiros anos de estudos preparatórios iniciaram-se no Colégio Marinho, já no Rio de Janeiro (GANNES, s/d e LUTTERBACH, 1977). Vale ressaltar que pouco se sabe sobre a trajetória de José Carlos Rodrigues e seus familiares nessa época e, até mesmo, o que teria ocorrido com o seu pai, Carlos José Alves Rodrigues, após o falecimento de d. Anna. Tem-se apenas a informação⁷ de uma nota no periódico *Gazeta de Petrópolis*, de julho de 1893, noticiando o falecimento de Carlos José, no dia 5 dessa data, aos 85 anos de idade.

José Carlos não chegou a concluir seus estudos no Colégio Marinho, pois se transferiu para o reconhecido Colégio Pedro II, instituição criada em 1838, e que como destacou o historiador José Murilo de Carvalho, era uma escola-modelo que preparava seus alunos para a formação universitária, principalmente para se tornarem futuros bacharéis. Além disso, vale lembrar que boa parte da elite cultural do país, no século XIX, passou por este estabelecimento educacional (CARVALHO, 2012:29). E foi na passagem por essa escola, ainda adolescente, que José Carlos publicou o seu primeiro jornal pela casa tipográfica de Domingos Luiz dos Santos, situada à Rua Nova do Ouvidor, com dois números lançados. Tal folha intitulava-se *O Gentio* e deu bastante orgulho a Rodrigues muitos anos após aquela publicação, quando viu o nome de seu periódico citado no catálogo da Biblioteca Nacional, organizado pelo amigo e também ex-colega no próprio Colégio Pedro II, Ramiz Galvão. Em depoimento por ocasião de sua despedida do *Jornal do Commercio*, em 1915, e novamente republicado nesta folha, em junho de 1923, o cantagalense relembrou com carinho daquela época, quando já se inclinava para o periodismo.

Desde menino, tive grande propensão para o jornal e aos treze anos, publiquei, aluno do Colégio Pedro II, o meu primeiro ensaio impresso na Tipografia de Domingos Luiz dos Santos [...]. O meu nativismo não me permitiu dar outro título de menos consideração do que o que teve o meu primeiro jornal, que se chamava grandiosamente O Gentio (Jornal do Commercio, 1923).

⁶ Cipriano de Abreu era filho do marquês de Ponte de Lima Paes e Oliveira (CARDIM, 1944:128).

⁷ Tal notícia está arquivada na coleção Christopher Oldham, dentro do acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, que guarda boa parte da correspondência de José Carlos Rodrigues.

Com o término dos estudos secundários, e não fugindo à regra da maioria daqueles que se formavam no Colégio Pedro II, José Carlos iniciou o curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito de São Paulo, instituição criada em 1827, e que teve início com sua primeira turma em 1828⁸. Convém destacar que grande parte dos alunos que cursavam as escolas de Direito provinham de famílias abastadas, visto que, para ser ter uma ideia, a taxa de matrícula no primeiro ano de funcionamento, tanto na faculdade de São Paulo como na de Recife, era de 51\$200 réis (CARVALHO, 2012:74).

Era o início da década de sessenta do século XIX, e o gosto que José Carlos tinha pelo jornalismo continuou durante a graduação, escrevendo para o *Correio Paulistano*, sendo então diretor da redação e proprietário do estabelecimento, Joaquim Roberto de Azevedo Marques. Foi também durante esse período que Rodrigues estabeleceria amizades importantes com alguns colegas de faculdade, laços que se perpetuariam durante muito tempo e que seriam peças chave na sua rede de relações sociais principalmente durante o regime republicano. É o caso José Maria da Silva Paranhos Júnior — o futuro barão do Rio Branco. Rodrigues era praticamente um ano mais velho que Paranhos Júnior, já que este havia nascido em abril de 1845, no entanto, aquele já estava no terceiro ano acadêmico, quando Rio Branco começou a cursar o primeiro. Vale destacar que talvez ambos já se conhecessem do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, no qual provavelmente cursaram, na mesma época, o ensino secundário. Todavia, Paranhos Júnior não concluiria o curso de bacharel na Faculdade de Direito de São Paulo e, sim, na de Recife, como foi possível constatar pela seguinte passagem na obra *A vida do barão do Rio Branco*, de Luiz Viana Filho.

[...] Sem dúvida, tudo conspirava para que Juca Paranhos, tão famoso entre os colegas de Academia, aceitasse a sugestão. Não seria a oportunidade para conhecer o Norte do país e travar novas amizades? Certamente, era penoso deixar os bons companheiros de patuscadas... Chico Veiga... Graciano Azambuja... Maneco Queirós [...]. É verdade que alguns amigos, como José Carlos Rodrigues, Campos Sales e Rangel Pestana haviam terminado o curso [...]. Por fim a balança se inclinou para Recife (sic) (VIANA FILHO, s/d:32).

Outras amizades marcantes foram estabelecidas com Prudente de Moraes Barros — futuro presidente do Brasil —, Teófilo Carlos Benedito Ottoni, Bernardino de Campos e

⁸ O outro curso de Direito, também criado em 1827, estabelecera-se em Olinda, sendo transferido posteriormente, em 1854, para a cidade de Recife.

Francisco Rangel Pestana, estes, então em 1862, um ano à frente de José Carlos, no quarto ano acadêmico; e mais, José da Silva Costa e José Cesário de Faria Alvim, ambos já no quinto e último ano de faculdade (VIANA FILHO, s/d:32 e *Correio Paulistano*, 1862)⁹. Tais nomes, incluindo o de José Carlos Rodrigues, futuramente, fariam parte da elite política do final do Império e início da República, tendo como um dos elementos chave de unificação ideológica — a educação superior¹⁰, ou seja, os anos passados no Largo de São Francisco. De certa forma, outro componente que atrelaria e manteria a rede de sociabilidade dessas personalidades seria o jornalismo, local em que se ambientavam os campos da política e das letras, áreas com fronteiras bastante fluidas naquele período (GOMES, 2009:42).

Também no ano de 1862, José Carlos, juntamente com José da Silva Costa, fundou a *Revista Jurídica*:

É sempre com satisfação que anunciamos ao público o aparecimento de um livro novo. Falamos de Revista Jurídica, com cujo primeiro volume fomos obzequiados. Acaba de ser publicada sob a direção do sr. José da Silva Costa, estudante do 5º ano de nossa faculdade, pelo sr. José Carlos Rodrigues, estudante do 3º ano. Esta publicação tende a satisfazer uma necessidade geralmente sentida: ainda não temos uma revista que contenha a jurisprudência dos tribunais e o desenvolvimento da doutrina do direito, tanto nacional como estrangeiro [...]. Diante das lacunas da legislação, dos casos omissos, dos defeitos enormes das disposições legais; o magistrado, de todos os pontos do Brasil, perguntava como deveria decidir [...]. A Revista Jurídica se propõe a fazer alguma coisa, neste sentido. O seu primeiro número já nos oferece boa matéria para consultar e meditar [...] (*Correio Paulistano*, 1862).

De acordo com Cláudio Ganns, a respectiva revista era um órgão de jurisprudência e legislação, tendo como colaboradores assíduos da mesma Manoel Antônio Duarte de Azevedo, Antônio Joaquim Ribas, Ernesto Ferreira França, Rodrigo Otávio de Oliveira Meneses, Miguel Calmon du Pin e Almeida, J. I. de Barros Cobra Júnior, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Machado e Silva, A. M. Perdigão Malheiros, Joaquim José Palhares, Antônio Joaquim de Macedo Soares e Olegário de Aquino e Castro (GANNS, s/d e CARDIM, 1944:131). Um dos trabalhos de destaque de José Carlos Rodrigues na *Revista Jurídica* foi a de um projeto de um dicionário de direito criminal pátrio. Tal publicação

⁹ A lista de faltas dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, publicada pela secretaria da respectiva instituição, em 14 de junho de 1862, foi transcrita no *Correio Paulistano*, em 18 de junho de 1862.

¹⁰ O historiador José Murilo de Carvalho exemplifica com clareza como a educação superior foi um elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial (CARVALHO, 2012:65).

continuou mesmo após a transferência de ambos editores para a cidade do Rio de Janeiro com a formatura no curso de Direito. A publicação da revista terminaria somente no ano de 1873.

Além disso, nos seus últimos dois anos acadêmicos, Rodrigues se tornou correspondente, em São Paulo, do *Correio Mercantil*, folha carioca que esteve sob a direção do político, escritor e poeta, Francisco Otaviano, e publicou a obra *Constituição política do Império do Brasil* pela casa dos editores Eduardo & Henrique Laemmert. A análise do estudante se deu em torno da Constituição de 1824 e do Ato Adicional, que sofreu uma grande reforma em 1834, durante o período regencial. Em uma de suas passagens, José Carlos defendeu o Capítulo IV, Título V, dessa Constituição, a respeito da sucessão do trono imperial. Em relação a esse ponto, salientou:

A Constituição, estabelecendo a ordem da sucessão, teve em vista evitar as revoluções, que se poderiam originar de cada mudança de reinado. O direito de primogenitura estabelecido pela Constituição não deixa de ter pouco ou nenhum fundamento na natureza, visto como o mais velho dos príncipes pode não ser aquele que reúna maior soma de merecimentos; mas, se não fosse assim, se a Constituição não houvesse tão prudentemente estabelecido esse direito, que responderia pelos funestíssimos resultados das rivalidades dos irmãos, e iníquas preferências dos mesmos parentes? O trono se tornaria o alvo da ambição, e a intriga seria constante e interminável. Demais, se o nosso governo fosse absoluto, o argumento, aliás verdadeiro, de que o mais velho dos príncipes pode não ser o mais habilitado para imperar, teria toda a procedência; mas no governo constitucional não procede; porque o imperante não pode fazer o mal. Era mister que a Constituição escolhesse o melhor modo de sucessão a coroa, isto é, o que menos funestos resultados pudesse acarretar à nação. O que escolheu, é sem dúvida o que menos funestos resultados pode trazer (sic) (RODRIGUES, 1863:98-99)¹¹.

Ainda durante os anos acadêmicos, segundo Charles Gauld, José Carlos teria iniciado seu primeiro contato com a Bíblia, se tornando um leitor diário desse livro (GAULD, 1953). Vale lembrar que, futuramente, o jornalista publicaria várias obras relacionadas à história da religião¹². Talvez também tenha sido neste mesmo período que Rodrigues se aproximou de alguns membros da Igreja Presbiteriana; relações sociais que o ajudariam após a sua chegada aos Estados Unidos. No entanto, ressalta-se que o cantagalense nunca se declarou um fiel dessa instituição religiosa.

¹¹ O livro, no formato brochura, poderia se adquirido por 2\$000 réis e, encardonado, por 2\$500 réis. Vale acrescentar que, durante o seu último ano acadêmico, José Carlos se tornou presidente do Instituto Jurídico (*Correio Paulistano*, 1864).

¹² Ver *Religiões acatólicas no Brasil: 1500-1900, Considerações gerais sobre a Bíblia, Estudo histórico e crítico sobre o Velho Testamento e A ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo: ligeiro estudo*.

Formando-se, em 1864, José Carlos retornou ao Rio de Janeiro, onde iniciou seus trabalhos, ainda como estagiário, no escritório de advocacia do conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos. Não ficou muito tempo nessa ocupação, pois provavelmente um cargo público despertava mais atenção e anseio, fato natural à época, já que o Estado era o principal empregador desta “mão de obra” que saía das academias de Direito e, de certa forma, tal emprego era garantia de estabilidade. Pois bem, passados dois anos, o cantagalense foi nomeado subdelegado de polícia da freguesia do Espírito Santo, em 5 de fevereiro de 1866, mas após três meses de serviços prestados, Rodrigues teria pedido exoneração do respectivo cargo (*Correio Mercantil*, 1866). A demissão provavelmente se deu para que este ocupasse um novo posto: oficial de gabinete do ministro João da Silva Carrão, no Ministério da Fazenda, sendo este seu antigo professor na Faculdade de Direito de São Paulo. Mas durante este período acabou acontecendo um imbróglio na trajetória de José Carlos Rodrigues, visto que o fluminense foi acusado de tentativa de estelionato quando exercia essa função.

De acordo com Magalhães Júnior, o fato teria ocorrido da seguinte forma: o curitibano Carrão foi nomeado para tal pasta já no fim da última organização ministerial, chefiada pelo estadista Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda¹³, ficando no posto entre os meses de março a agosto. Nota-se que, como observou José Murilo de Carvalho, durante a década de 1860 houve uma intensa disputa política entre o partido Progressista, constituído de conservadores dissidentes e liberais moderados, e os antigos liberais, que voltaram à cena política quando o marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, em 1853, foi convidado pelo imperador d. Pedro II a dar fim às contendas que dividiam o país desde o período regencial. Assim, é naquele entretempo, que algumas questões, como: a vitaliciedade do Senado, a centralização política e administrativa, as eleições indiretas, dentre outras, se tornaram diariamente alvo de questionamento por parte desses partidários (CARVALHO, 2012:103), o que ocasionava a troca de ministros.

Assim, provavelmente, a queda daquele Ministério da Fazenda e, por conseguinte, a saída do conselheiro Carrão teria deixado José Carlos Rodrigues desorientado pela falta de perspectiva de permanecer no emprego e sem o respectivo ordenado mensal, como corroborou

¹³ Como nos lembra José Murilo de Carvalho, o marquês de Olinda era um típico exemplo do profissional “político”, isto é, funcionário público que teve intensa e longa experiência política, tendo-se formado em direito canônico em Coimbra e ocupado os cargos de deputado, ministro, regente, senador, conselheiro de Estado, presidente do Conselho de Ministros, além de também ser senhor de engenho (CARVALHO, 2012:100).

Magalhães Júnior. Pois bem, foi assim que de forma escusa, Rodrigues compareceu, a 7 de agosto de 1866, ao Tesouro do Império, carregando consigo uma ordem de pagamento assinada pelo ministro João da Silva Carrão, em caráter de aviso reservado, datada de 31 de julho, no valor de 12:300\$000 (doze contos e trezentos mil-réis), a ser paga ao capitão Luís Jacome de Abreu e Sousa por seu desempenho em uma comissão no Ministério da Fazenda (MAGALHÃES JÚNIOR, 1965:161-162). Segundo notícia publicada, no dia 13 de setembro de 1866, no periódico carioca *Opinião Liberal*, a ordem de pagamento começou a ser regularmente processada, até que um funcionário suspeitou de uma tentativa criminoso. Desta forma, tal importância nem chegou a ser paga.

No dia 11 de agosto último comunicou o ministro da fazenda ao seu colega da justiça, que no dia 7 desse mesmo mês apresentou-se o bacharel José Carlos Rodrigues com um aviso reservado de 31 de julho do ministério da fazenda em que o ex-ministro conselheiro João da Silva Carrão, ordenava se entregasse ao capitão A. e Souza a quantia do 12:3000\$000, pelo desempenho de uma comissão daquele ministério: e que depois de haver passado o aviso pelos trâmites regulares, foi ter a diretoria geral de contabilidade, onde o contador da 1ª contadoria da mesma repartição achou irregular a ordem, e por isso transmitiu-a pedindo o mais acurado exame sobre ela ao diretor da repartição, conselheiro Rafael Arcaño Galvão (Opinião Liberal, 1866).

Comunicou-se o respectivo caso ao ex-ministro João da Silva Carrão, então à época, deputado geral por São Paulo, que foi convidado a esclarecer se a ordem de pagamento era autêntica. Conforme afirmou Magalhães Júnior, o ex-ministro reconheceu a sua assinatura e declarou que “fora obtida sub-repticiamente, com a inclusão de tal papel entre outros, de mera rotina administrativa, que o jovem oficial de gabinete lhe apresentara e que ele, em confiança, assinara sem ler” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1965:162).

Após o depoimento de Carrão, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, que substituiu o marquês de Olinda, acumulando as funções de ministro da Fazenda com a de presidente do Conselho, incumbiu oficialmente João Lustosa da Cunha Paranaguá, ministro da Justiça, que este processasse criminalmente José Carlos Rodrigues por sua tentativa de estelionato. Procedimento que não foi levado de fato a efeito, pois, após se instaurar o processo, o cantagalense não pôde ser intimado para depor, haja vista que ninguém o encontrara (MAGALHÃES JÚNIOR, 1965:162).

Talvez tal episódio seja um dos motivos que fez com que, em 1867, Rodrigues tomasse a decisão de deixar o Brasil e partir para os Estados Unidos. Ou, como afirmou Raimundo Magalhães Júnior, no texto “Rui, amigo e inimigo de José Carlos Rodrigues”, que, segundo Rui Barbosa, o cantagalense teria mesmo era fugido como um simples tripulante em um navio norte-americano que partira do Rio com destino a Nova York, esquivando-se da intimação judicial na qual era acusado daquela tentativa de estelionato (MAGALHÃES JÚNIOR, 1965:161-163)¹⁴.

Vale lembrar que pela lei penal da época, o delito estaria prescrito ao fim de vinte anos e, justamente nesta data, em 1887, é que se tem notícia de um retorno de José Carlos ao país natal; a princípio para receber uma herança da tia que o havia criado, Joaquina Alves de Abreu Lima Paes e Oliveira.

Ora, fazendo o caminho inverso de muitos dos filhos abastados da sociedade fluminense, da segunda metade do século XIX, José Carlos Rodrigues optou pelos Estados Unidos ao invés de ir para a Europa. Se refugiado ou não, sabe-se que naquele novo país, o brasileiro iniciaria uma trajetória complexa, na qual a sua atividade jornalística ganharia destaque e teria um reconhecimento notório, já que a própria imprensa norte-americana, em 1909, o consagrou publicamente, através de um banquete no Clube das Universidades, em Nova York, por seus serviços prestados aos meios jornalísticos daquele Estado (CARDIM, 1944:137).

Ademais, aquela rede de sociabilidade adquirida durante os anos acadêmicos seria essencial para seu retorno ao Brasil, em 1890, com a aquisição de um dos grandes diários daquele momento, o *Jornal do Commercio*. Entretanto, a atuação do novo proprietário que assumia a parte administrativa e a redação desse periódico carioca não se restringiria apenas aos escritórios da redação do jornal, mas se manifestaria também nos do Palácio do Catete, além de estar presente em instituições notórias tanto no país como no exterior, contribuindo significativamente para aumentar o prestígio da tradicional folha, como é possível constatar pela seguinte correspondência com Prudente de Moraes, na qual o chefe de governo (1894-1898) demonstrava grande consideração para com José Carlos Rodrigues, conforme suas

¹⁴ Outro autor que mencionou que José Carlos Rodrigues teria mesmo era se refugiado nos Estados Unidos da América, e não apenas migrado para outro país de livre e espontânea vontade, foi Nelson Werneck Sodré, na obra *História da imprensa no Brasil* (SODRÉ, 1977:255).

próprias palavras: “Por isso mesmo tanto maior é o meu reconhecimento e mais profunda a minha gratidão para o grande órgão da nossa imprensa e seu digno redator-chefe, pela justiça que me fazem auxiliando-me eficazmente no desempenho de minha tão difícil quanto patriótica tarefa [...]” (MORAIS. Apud: CARONE, 1974:54).

Referências bibliográficas

1. Fontes

A Noite, Rio de Janeiro, 28/6/1923.

Correio Paulistano, São Paulo, 18/6/1862.

Correio Paulistano, São Paulo, 17/9/1862.

Correio Paulistano, São Paulo, 3/9/1864.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 5/2/1866.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 6/5/1866.

Gazeta de Petrópolis, Petrópolis, julho de 1893.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 29/6/1923.

O Paiz, Rio de Janeiro, 29/6/1923.

Opinião Liberal, Rio de Janeiro, 13/9/1866.

The Times, Londres, 3/7/1923.

EXTRATO das minutas da ata de óbito, atestando o falecimento de José Carlos Rodrigues a 28 de junho de 1923, datado de 29/6/1923. Biblioteca Nacional, coleção Christopher Oldham, localização: 32,04,001 n° 78.

GANNS, Cláudio. “Um retrato impressionista: revelações sobre J. C. Rodrigues”. Rascunho da obra. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, coleção José Carlos Rodrigues, localização: lata 585 / pasta 5.

GAULD, Charles A. Carta de... a Evelina Rodrigues Hawes, datada de 7 de junho de 1953. Biblioteca Nacional, coleção Christopher Oldham, localização: 32,04,001 n° 020.

LOPES, Carlota Rodrigues. Nota genealógica sobre José Carlos Rodrigues, s/d. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, coleção José Carlos Rodrigues, localização: lata 585 / pasta 6.

RECORTE de jornal desconhecido, noticiando o falecimento do jornalista brasileiro José Carlos Rodrigues, s/d. Biblioteca Nacional, coleção Christopher Oldham, localização: 32,04,001 n° 059.

RODRIGUES, José Carlos. Apontamentos sobre os problemas de saúde que tem sofrido e o tratamento realizado pelos médicos, s/d. Biblioteca Nacional, coleção Christopher Oldham, localização: 32,04,001 n° 079.

_____. Relato, em francês, da evolução dos problemas renais e intestinais, datado de 1923. Biblioteca Nacional, coleção Christopher Oldham, localização: 32,04,001 n° 070.

_____. *Constituição política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1863.

_____. *Religiões acatólicas no Brasil: 1500-1900*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Commercio*, 1904.

_____. *Considerações gerais sobre a Bíblia*. Noorwood: J. S. Cushing, 1918.

_____. *Estudo histórico e crítico sobre o Velho Testamento*. Rio de Janeiro: Edimburgo, 1921.

_____. *A ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo: ligeiro estudo*. Rio de Janeiro, s/d.

2. Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CARDIM, Elmano. "José Carlos Rodrigues: sua vida e sua obra". *RIHGB*, Rio de Janeiro, (185):126-157, out./dez., 1944.

CARONE, Edgard. *A República Velha: evolução política*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

- CARVALHO, José Murilo de. “Introdução”. In: _____ (coord.). *A construção nacional: 1830-1889. História do Brasil nação: 1808-2010. Volume 2.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- _____. “A vida política”. In: _____ (coord.). *A construção nacional: 1830-1889. História do Brasil nação: 1808-2010. Volume 2.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- _____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.* 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.* Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GOMES, Angela de Castro. “Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas”. In: _____; Benito Bisso (orgs.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.
- LUTTERBACH, Edmo Rodrigues. “José Carlos Rodrigues: dádiva cantagalense à imprensa anglo-americana”. *Jornal do Commercio*, 2 de outubro de 1977.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. “Rui, amigo e inimigo de José Carlos Rodrigues”. In: _____. *Rui, o homem e o mito.* 2ª ed., corrigida e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- OXFORD. *Advanced learner’s dictionary.* 7ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- VIANA FILHO, Luiz. *A vida do barão do Rio Branco.* 3ª ed. São Paulo: Martins, s/d.